

Tendências/Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

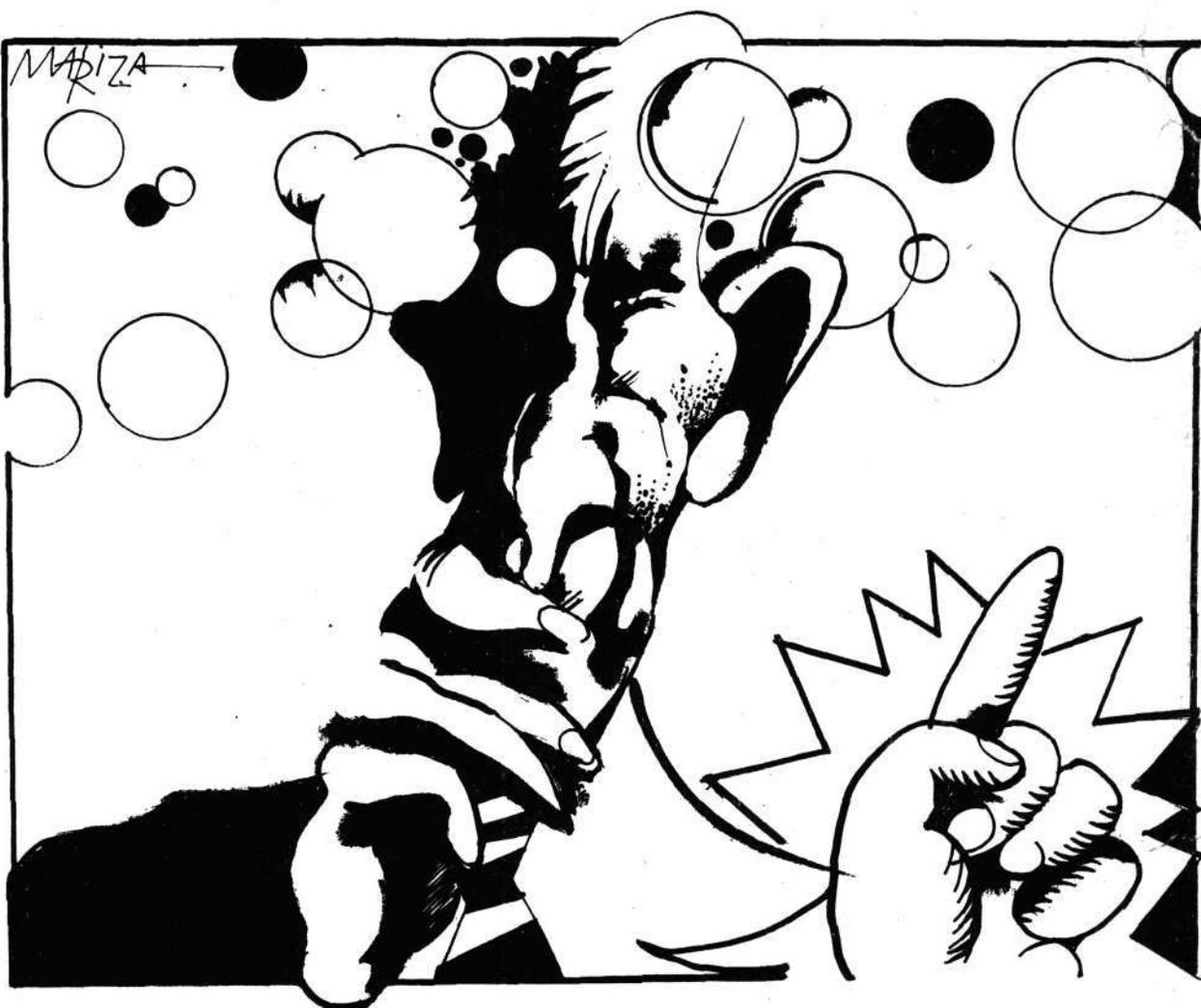
Constituição para o "país real"

FLORESTAN FERNANDES

Um grande pensador mexicano formulou uma distinção que se tornou lugar-comum. Trata-se da contraposição do "país real" ao "país". Em regra, as elites dirigentes são utópicas na representação do "país ideal". Mas muito objetivas na reprodução do "país real". O "reino da fantasia" não cobre a verdade. Aí, é pão pão, queijo queijo. Nada de sonhos e de ilusões. O "país real" não pode escapar de suas matrizes históricas, que vêm da Colônia, do Império e da autêntica Velha República, que não tinha vergonha de ser oligárquica e de enfrentar as greves e as reivindicações populares como "questão de polícia". Como os de cima diziam entre si, se se dá a mão, logo querem o braço. Era, na essência, o medo histórico, que se formou sob a escravidão. Um medo terrível, que não se dissipou até hoje e que confere prioridade à defesa militar da "lei e da ordem" sobre a educação. Teme-se a educação, como possível agente de radicalismo e de falsas esperanças. Como costumava dizer ironicamente um amigo meu, membro esclarecido daquelas elites: "Florestan, é injusto. Mas é tão bom..."

A melhor maneira de manter intocável o "país real" consistia em preparar-lhe constituições avançadas, uma sublimação de desejos e anseios insatisfeitos de descolonização mental ou uma liberação compensatória da condição imperante de barbárie crônica. A Constituição tomava como ponto de referência o "país ideal", engendrando um formalismo jurisdicista constitucional visceral. Na verdade, em um país no qual existia a escravidão combinada aos milhões de homens pobres livres —que não passavam de párias— as duas primeiras Constituições destinavam-se aos estamentos senhoriais, à burguesia emergente e aos estrangeiros mais ou menos ricos e ilustres, que circulavam pelo país ou nele viviam. Eram Constituições típicas de uma democracia restrita. Não fosse esse acidente histórico, para o mais urgente e necessário os códigos seriam suficientes. E poucas vezes eles eram invocados nos usos e abusos do poder e da violência. O patrimonialismo combinava-se à autocracia. Quem podia impunha o "eu quero!" e ali estava a lei. Mais não era preciso...

É importante notar-se que, apesar de suas origens, das deformações que sofreu e das pressões internas ou externas dos donos do poder, a Assembléia Nacional Constituinte extrapolou as antinomias existentes entre o "país real" e o "país ideal". O idealismo constitucional irrompeu pela maioria parlamentar. E saiu vitorioso, numa proporção que parecia improvável. A Aliança Democrática cindiu-se e os partidos da ordem mostraram brechas insuperáveis. A maioria parlamentar precisou recorrer a duas armas para atingir seus fins. De um lado, teve de socorrer-se do governo, do veto militar e da pressão direta das classes dominantes. O governo abriu as suas burras e mostrou as suas garras. O vetor militar saltou por cima das conveniências e ditou (e ainda continua a ditar) em que direções caminha a sua vontade de defesa da lei e da ordem. As classes dominantes descolibraram rapidamente que não podiam confiar na lealdade, experiência e devoção de seus representantes, eleitos sob os abusos do poder econômico. Tinham de agir por



sua própria conta e risco, através de experientes entidades tradicionais e de outras recém-criadas, como a UDR e a UBE, para a ocasião e por causa da emergência. De outro lado, lançou-se mão de um expediente político-militar: concentração de forças e ataque cerrado aos objetivos vitais. Constituiu-se o Centrão e manobrou-se com malícia e sem escrúpulos: tudo serviu para que a Constituição ficasse contida em uma camisa de força, pela qual a reprodução do "país real" permanecesse intangível. As forças da ordem abandonaram todos os luxos do passado, inclusive o formalismo jurídico "liberal". Até as emendas coletivas e a votação conjunta de emendas coletivas, "negociadas" entre as lideranças, tornou-se palatável. Os constituintes deveriam repelir esses procedimentos. Porém, eles pareceram vantajosos e sequer foram postos em discussão. Prevaleceu o alvitre de que é melhor um mau acordo que uma boa demanda. Em uma era de fisiologia e de fim de século, a elaboração da Constituição incorporou-se à crise da civilização. Tudo vai de roldão para a lata de lixo da história!

Os leitores de Marx evocam a imagem da história segundo a qual a tragédia se repete como comédia. Todavia, não podemos sequer cultivar epigramas famosos. A Assembléia Nacional Constituinte mostra, a quem queira ver, que os de cima perderam o controle do timão. O navio está à deriva. Até os empresários estrangeiros se socorrem das luzes do ministro da guerra e o Centrão revela receios de certas batalhas, que não poderão ser travadas dentro de seus desígnios. O que aconteceu? Há uma porção minoritária mas consistente do "país real" entre os constituintes. Além disso, o "país real" repudia a comédia, que poderia restabelecer momentos constitucionais anteriores. A brecha dos partidos da ordem não caiu do céu. Foi provocada pela insatisfação popular, pela contestação dos traba-

lhadores mais organizados, das cidades e do campo, através de seus sindicatos, partidos e outras organizações, pela indignação de setores da pequena burguesia e das classes médias que estão fartos da "transição democrática" prolongada e dos seus custos econômicos, sociais e políticos. As convergências nascidas dessas várias formas de oposição não alcançaram caráter orgânico. Mas modificam os ritmos da história e quebram o imobilismo das forças da ordem.

As pressões da grande burguesia nacional e estrangeira e as interferências do governo, tendo à frente o senhor presidente e seu cérebro militar, divide o centro. O PMDB põe à luz do dia esse fato. Livre de seus "progressistas" e de seus "radicais" —tidos pelos conservadores como estatizantes e comunizantes (safa!)— nem por isso o partido articula sua voz política ao seu programa. Dá uma no cravo e outra na ferradura, certo de que assim exorcizará os seus fantasmas e ganhará, de um golpe, o apoio firme do centro, a paz com os conservadores da direita ou da extrema direita e o apoio oficial à sucessão do presidente tampão. Mistura o processo constituinte com a conquista da Presidência, o que é um equívoco fatal e uma combinação explosiva. Acabará fora do poder e contribuindo para rebaixar o nível de sua potencialidade política em algo essencial para reciclar a sua imagem. Em consequência, os estratos mais descontentes da pequena burguesia e das classes médias ficam à margem ou têm de arcar com uma radicalização política militante. A OAB ostenta essa evolução com sobranceira e integridade exemplar. A lição a tirar-se: uma ordem social que apodrece arrasta os seus defensores para o abismo. Ou eles aceitam a renovação ou abrem portas insondáveis para sua marginalização e, quiçá, para sua desgraça coletiva. No afã de breçar a história, os adversários do "radicalismo" a aceleram —e o que é irônico: fora

do Parlamento e contra a Constituição, que deixa de corresponder às exigências históricas do país real (sem aspas).

Os conservadores e os reacionários têm ridicularizado a "esquerda", estigmatizada como portadora de um nacionalismo estreito e atrasado, válido para a década de 1950. Isso, se fosse verdade, seria um salto histórico, porque a direita e a extrema-direita porfiam por uma restauração do Brasil servil e oligárquico, do idealismo constitucional. Também cotejam esse atraso da esquerda com as reformas que ocorrem na União Soviética, na China, no Leste europeu, que estariam retornando à iniciativa privada e ao capitalismo. Uma ignorância crassa, pois as contradições do socialismo não se resolvem pela regressão social. Em breve, as experiências concretas dirão o que está acontecendo, em uma quadra da história na qual os países em transição para o socialismo escapam da quarentena. O que a chamada "esquerda" pretensão, no cenário da Constituinte, era passar a limpo o Brasil real, forjar uma Constituição para ele, que fosse instrumental para revolucionar a ordem existente em todos os níveis, da sociedade civil e da cultura ao Estado, dentro e através do regime capitalista vigente, foi impedida de fazê-lo pela estática de uma transição corrupta e corruptora. Mas constatou que isso é o melhor que poderia tentar, para ganhar espaço político para os de baixo. Sem as reformas capitalistas do capitalismo só resta uma saída positiva, a única almejada pela esquerda revolucionária e que a presente Constituição não comportaria. Nada e ninguém poderão impedir que o Brasil real desperte do seu sono esplêndido, soterrando o passado e criando para si um futuro socialista nos marcos das correntes mais profundas da história mundial.